

Demonstrações Financeiras

Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e investimento
CNPJ 08.257.293/0001-07

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 16 de fevereiro de 2022.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades (Nota 4)	27	6	Depósitos (Nota 18)	22.941	22.101
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	30.971	27.893	Depósitos interfinanceiros	22.941	22.101
Aplicações em depósitos interfinanceiros	30.971	27.893	Outras obrigações	13.870	13.798
Tits. e Valores Mob. e Instr. Financ. Derivativos (Nota 6)	6.747	6.449	Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	124	41
Carteira própria	6.747	-	Provisão para Riscos Tributários e Trabalhistas (Nota 9)	13.718	13.725
Vinculados a prestação de garantias	-	6.449	Diversas (Nota 10)	28	32
Outros Créditos (Nota 7)	24.081	25.929	Patrimônio líquido (Nota 12)	25.098	24.378
Créditos Tributários	6.223	6.290	Capital Social de domiciliados no País	17.500	17.500
Diversos	17.858	19.639	Reservas de Lucros	7.601	6.886
Outros Valores e Bems	83	-	Outros Resultados abrangentes	(3)	(8)
Outros valores e bens	13	13			
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(13)	(13)			
Despesas antecipadas	83	-			
Total do Ativo	61.909	60.277	Total do passivo e patrimônio líquido	61.909	60.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2021	17.500	2.953	3.947	(16)	262	24.646
Resultado do semestre	-	-	-	-	439	439
Reserva Legal	-	22	-	-	(22)	-
Reserva Estatutária	-	-	679	-	(679)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	13	-	13
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.500	2.975	4.626	(3)	-	25.098
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.500	2.939	3.947	(8)	-	24.378
Resultado do exercício	-	-	-	-	715	715
Reserva Legal	-	36	-	-	(36)	-
Reserva Estatutária	-	-	679	-	(679)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.500	2.975	4.626	(3)	-	25.098
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.500	2.924	3.663	-	-	24.087
Resultado do exercício	-	-	-	-	299	299
Reserva Legal	-	15	-	-	(15)	-
Reserva Estatutária	-	-	284	-	(284)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(8)	-	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.500	2.939	3.947	(8)	-	24.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("CFI" ou "Instituição"), CNPJ nº 08.257.293/0001-07, com sede na Alameda Santos, 1.496 - São Paulo/SP, foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tam como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à espécie. Sendo controlado pelo Banco Sofisa S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições do grupo e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). A elaboração destas demonstrações financeiras observa o disposto na Resolução BCB Nº 2 emitida em 12 de agosto de 2020, passando a apresentar o balanço patrimonial de forma resumida e a segregação entre circulante e não circulante em nota explicativa. Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém, nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a CFI, na elaboração das suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos: a) CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12; b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16; d) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; g) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11; i) CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; j) CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16; l) CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.877/20; m) CPC 41 (R1) - Resultado por Ação - Resolução CMN nº 4.720/19; e n) CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - Resolução CMN nº 4.748/19. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 16 de fevereiro de 2022.

3. Descrição das principais práticas contábeis: **a. Apuração do resultado:** Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apropriados "pro-rata" dia. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério "pro-rata" dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: **Títulos para negociação** - são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A CFI não possui títulos classificados como mantidos até o vencimento. A CFI não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados de caráter não temporários, serão refletidos no resultado como perdas realizadas imediatamente.

d. Outros Ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo: São demonstrados pelos valores de custo ou liquidação, respectivamente, e contemplam as variações monetárias e cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: A provisão para imposto de renda é constituída considerando a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), foi calculada considerando a alíquota de 15%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo) são calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias geradas até 30 de junho de 2021 considerando as alíquotas de 25% IRPJ e 15% CSLL. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, estudos técnicos e análises da Administração em atendimento as Resolução CMN nº 4.842/20. As obrigações fiscais diferidas são calculadas sobre as diferenças temporárias. Conforme Lei 14.183, para o período de julho a dezembro de 2021, a alíquota de CSLL será de 20%, retornando para 15% a partir de janeiro de 2022.

f. Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como provisões para riscos e crédito tributário. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações.

g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão substanciadas nas disposições da Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN, sendo observadas as seguintes regras: **Ativos contingentes** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **Passivos contingentes** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles com estimativas de perdas remotas não são provisionados e ou divulgados; **As obrigações legais** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. Está representada por processos judiciais, cujo objeto é a sua legalidade ou constitucionalidade.

h. Resultados recorrentes e não recorrentes: Com a emissão da Resolução BCB nº 02 de 12 de agosto de 2020, o Banco Central do Brasil determinou a divulgação de resultados recorrentes e não recorrentes. A Resolução, em seu artigo 34 §4º, define resultado não recorrente como aquele que: I - não esteja relacionado ao esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **i. Lucro líquido por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações na data dos balanços.

j. Demonstração do fluxo de caixa: Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a CFI utiliza o método indireto.

4. Disponibilidades

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	27	6
Total	27	6

	31/12/2021	31/12/2020
Curto Prazo	7.683	83
Longo Prazo	23.288	27.810
Total	30.971	27.893

Composto por R\$ 23.262 com vencimentos em 03/2022 e 07/2022, e R\$ 7.709 com vencimento em 01/2023. O indexador utilizado é 100% CDI.

6. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor curva	Valor de mercado	Valor curva	Valor de mercado
Disponíveis para venda	6.752	6.747	6.463	6.449
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.752	6.747	6.463	6.449
Total	6.752	6.747	6.463	6.449

Os saldos em títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são de longo prazo com vencimento até 03/2024. A marcação ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda está informada na Demonstração de Resultado Abrangente em outros resultados abrangentes. O valor justo geralmente baseia-se em consultas a cotações de preços de mercado através de fontes independentes ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes.

7. Outros Créditos - Diversos

	31/12/2021			31/12/2020		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Créditos tributários (a)	216	6.007	6.223	208	6.082	6.290
Devedores por depósitos em garantias	-	17.332	17.332	-	16.940	16.940
Imposto de renda a compensar/recuperar	-	526	526	-	2.699	2.699
Total	216	23.865	24.081	208	25.721	25.929

(a) Os créditos tributários de imposto de renda e da contribuição social foram calculados sobre adições temporárias provenientes de provisão para passivos contingentes, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em atendimento ao requerido pela Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

a) Movimentações dos créditos tributários:

	Créditos tributários			
	Realização/reversão	Const. titulação	31/12/2021	31/12/2021
31/12/2020	477	(38)	-	439
Total	300	(22)	-	278

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Diferenças temporárias	Imposto Renda	Contribuição Social	Total	Valor Presente*
2022	111	67	24	14	216	192	192
2023	118	71	16	9	214	192	192
2024	123	74	16	9	222	200	200
2025	87	66	-	-	154	138	138
2026	-	-	3.386	2.031	5.417	4.868	4.868
Total	439	278	3.442	2.063	6.223	5.590	5.590

* Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros.

8. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2021			31/12/2020		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro	121	-	121	41	-	41
Impostos e contribuições a recolher	3	-	3	-	-	-
Total	124	-	124	41	-	41

Provisão para pagamentos a efetuar

	31/12/2021		31/12/2020	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Provisão para pagamentos a efetuar	28	-	28	-
Total	28	-	28	-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	1.123	1.927	414
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	1.123	1.927	414
Despesas da intermediação financeira	(687)	(1.009)	(101)
Operações de captações no mercado (Nota 19)	(687)	(1.009)	(101)
Resultado bruto da intermediação financeira	436	918	313
Outras receitas/(despesas) operacionais	98	(19)	(1)
Outras despesas administrativas (Nota 14)	(299)	(386)	(166)
Despesas tributárias (Nota 17)	(24)	(46)	(18)
Outras receitas operacionais (Nota 15)	607	736	302
Outras despesas operacionais (Nota 16)	(186)	(323)	(119)
Resultado operacional	534	899	312
Resultado não operacional	-	-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro	534	899	312
Imposto de renda e Contribuição social (Nota 11)	(95)	(184)	(13)
Provisão de imposto de renda / contribuição social	(28)	(120)	(41)
Ativo fiscal diferido	(67)	(64)	28
Resultado líquido do semestre/exercício	439	715	299
Resultado líquido por ação - R\$	0,03	0,04	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

	2º Semestre	2021	2020
Resultado líquido	439	715	299
Outros resultados abrangentes	22	9	(14)
Efeito tributário (a)	(9)	(4)	(6)
Resultado Abrangente	452	720	291

(a) O efeito tributário foi calculado pela alíquota de 25% de IRPJ e 15% de CSLL.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020 (Em milhares de reais)

	2021		2020
	2º Semestre	Exercício	Exercício

Resultado líquido ajustado	415	710	144
Resultado líquido do período	439	715	299
Ativo fiscal diferido	67	64	(28)
Atualização dos depósitos judiciais	(277)	(392)	(246)
Atualização de passivos contingentes (Nota 16)	186	323	119
Variação de Ativos e Passivos	(416)	(689)	(329)
(Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários (Aumento) redução em Outros	(856)	(3.078)	(22.254)
Créditos e Outros Valores e Bems	(20)	1.861	(77)
Aumento em Depósitos interfinanceiros (Redução) aumento em Outras Obrigações	687	840	22.101
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(22)	(68)	(12)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais	(1)	21	(185)
AUMENTO (REDUÇÃO) de caixa e equivalentes de caixa	(1)	21	(185)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	28	6	191
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	27	27	6
AUMENTO (REDUÇÃO) de Caixa e equivalentes de caixa	(1)	21	(185)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Provisão para riscos tributários	-	13.541	-	13.275
Provisão para riscos trabalhistas	59	118	177	450
Total	59	13.659	13.718	13.725

A provisão para riscos tributários constituída refere-se à discussão judicial acerca do conceito de faturamento nos moldes da Lei nº 9.718/1998, aplicável às contribuições sociais PIS/COFINS, no montante atualizado de R\$ 13.541 (R\$ 13.275 em 31 de dezembro de 2020). Por tratar-se de obrigação legal os saldos estão integralmente registrados. Os valores objeto desta discussão foram integralmente depositados (Nota 7). A CFI possui discussão tributária de PIS/ COFINS no montante de R\$ 5.879 (R\$ 3.993 em 31 de dezembro de 2020) classificada como possível. A provisão para passivos contingentes trabalhistas no montante atualizado de R\$ 177 (R\$ 450 em 31 de dezembro 2020) refere-se a ações trabalhistas movidas contra a CFI por ex-funcionários, pleiteando verbas trabalhistas supostamente não pagas. A CFI não possui discussão trabalhista com expectativa de perda possível. A CFI não possui discussões de naturezas cíveis com expectativas prováveis e/ou possíveis de perda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo inicial	Atualização (reversão) da provisão	Saldo Final	Saldo Final
Tributários	13.275	266	13.541	13.541
Trabalhistas	450	(273)	177	177
Total	13.725	(7)	13.718	13.718

	31/12/2020		31/12/2020	
	Saldo inicial	Atualização (reversão) da provisão	Saldo Final	Saldo Final
Tributários	13.067	208	13.275	13.275
Trabalhistas	539	(89)	450	450
Total	13.606	119	13.725	13.725

	31/12/2021		31/12/2020	
	Curto prazo			

...continuação



Demonstrações Financeiras

Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento
CNPJ 08.257.293/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14. Outras Despesas Administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Processamento de dados	(131)	(129)
Publicação	(29)	(36)
Serviços do sistema financeiro	(20)	(1)
Serviços especializados	(36)	-
Outras despesas administrativas (a)	(170)	-
Total	(386)	(166)

(a) Composto basicamente por indenização trabalhista.

15. Outras Receitas Operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Atualizações de depósitos judiciais	392	246
Reversão de provisão trabalhista	343	-
Diversas	1	56
Total	736	302

16. Outras Despesas Operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Atualização de provisão para risco (a)	(323)	(119)
Total	(323)	(119)

(a) Composto principalmente por contingência tributária

17. Despesas Tributárias

Impostos Federais

	31/12/2021	31/12/2020
Cofins	(37)	(13)
Pis	(6)	(2)
Outros	(3)	(4)
Total	(46)	(18)

18. Depósitos

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	22.941	22.101
Total	22.941	22.101

O saldo em depósitos interfinanceiros com o Banco Sofisa S.A. em 31 de dezembro de 2021 é de longo prazo, com vencimento até 11/2023. O percentual aplicado nas transações é 100% CDI.

19. Despesas de Operações de Captação no Mercado

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos interfinanceiros	(1.009)	(101)
Total	(1.009)	(101)

20. Gestão de Riscos e Basileia: Os riscos são geridos de forma consolidada e controlados individualmente pelo acionista controlador, o Banco Sofisa. O índice da Basileia também é apurado de forma consolidada, nos termos da regulamentação vigente e em 31 de dezembro de 2021 é de 14,10% (31 de dezembro de 2020: 16,80%).

21. Resultados Recorrentes e não Recorrentes: Conforme resolução BCB Nº 2 de 2020 a Sofisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento não apresentou resultado que não está relacionado com sua atividade e não previsto para ocorrer nos exercícios futuros.

A DIRETORIA

CONTADOR: William de Almeida - CRC 1SP20772/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes

CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Dário Ramos da Cunha

Contador

CRC nº 1 SP 214144/O-1

Deloitte.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>